



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de julho de 2024 foram visados 241 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 889 milhões de euros.

No mesmo período houve uma recusa de visto, no valor de 1,7 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE JUIHO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	115	34,02	624 441 952,32	69,45
Visto com Recomendações	69	20,41	214 808 848,18	23,89
Declaração de Conformidade Homologada	57	16,86	50 015 143,80	5,56
Recusa de Visto	1	0,30	1 743 813,54	0,19
Outras extinções da instância (*)	96	28,40	8 170 000,00	0,91
TOTAL DE DECISÕES	338	100	899 179 757,84	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2024

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	665	34,12	2 788 028 456,34	46,13
Visto com Recomendações	534	27,40	2 969 992 617,99	49,14
Declaração de Conformidade Homologada	258	13,24	229 073 451,93	3,79
Recusa de Visto	15	0,77	43 572 196,57	0,72
Outras extinções da instância (*)	477	24,47	13 535 887,15	0,22
TOTAL DE DECISÕES	1949	100	6 044 202 609,98	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão